



INFORMAÇÃO nº 084/2018–SEAUD

Processo nº 26250/2014

Origem: Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP.

Assunto: Auditoria Integrada.

Ementa: Auditoria Integrada. NOVACAP. Contratação e Fiscalização de Obras. Irregularidades. Razões de justificativa. Improcedência. Multa. Recurso. Provimento.

Senhor Secretário,

O presente processo foi autuado para análise das audiências ordenadas no item IV da Decisão nº 4064/2014¹, que trata de Auditoria Integrada com o objetivo de avaliar a qualidade do processo de contratação e fiscalização de obras executadas indiretamente pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP.

2 Esta Informação foi estruturada nos seguintes tópicos:

I – Objeto

II – Achados de auditoria

III - Responsáveis

IV – Improcedência das razões de justificativa apresentadas em virtude das Decisões nº 4064/2014 e 4022/2015

V – Recursos interpostos contra as Decisões nº 3873/2016 e 4400/2017

VI – Razões recursais de Maruska Lima de Sousa Holanda

VII – Conclusão

VIII - Sugestões

¹¹ Processo nº 1429/2013 - Auditoria Integrada no âmbito da NOVACAP para verificar a sistemática de contratação de obras e sua execução. Decisão nº 4064/2014 – item IV: “IV – autorizar: a) a audiência dos responsáveis indicados nas tabelas apresentadas no § 191 do aludido relatório de auditoria, para que apresentem, no prazo de 30 (trinta) dias, razões de justificativa pelas falhas apontadas, tendo em vista a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 57, inciso II, da Lei Complementar nº 01/1994, c/c o art. 182, inciso I, do RI-TCDF (achados 01 e 02); b) a formação de autos apartados, com fulcro no art. 5ª da Resolução nº 271/14, para tratar das audiências ordenadas nesta decisão; c) o envio de cópia do relatório e matrizes anexas à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, a fim de subsidiar as justificativas dos responsáveis; d) o retorno dos autos à SEAUD, para as providências pertinentes, atentando para a parte final do Parecer nº 681/2014-MF.”.



I – Objeto

3 Conforme Relatório de Auditoria Integrada nº 12/2014-DIAUD3² (fls. 03/62), os trabalhos tiveram por objeto a verificação do processo de contratação e fiscalização de obras executadas indiretamente pela NOVACAP, concluídas nos exercícios de 2011 e 2012, em face da constatação de falhas recorrentes em procedimentos de licitação/contratação e execução de obras sob responsabilidade da jurisdicionada.

II – Achados de auditoria

4 O Relatório de Auditoria Integrada nº 12/2014-DIAUD3 (fls.03/62) constatou as seguintes irregularidades:

Achado 1 – Projeto Básico deficiente (fls.15/34)

Período de ocorrência: 06/06/2008 a 02/05/2012 (prejuízo: não aplicável)

- Levantamentos e estudos técnicos preliminares insuficientes ou inadequados;
- Projeto Básico desatualizado;
- Ausência de elementos necessários e suficientes para adequada caracterização do objeto;
- Ausência de identificação do responsável pelo Projeto Básico;

Achado 2 – Ineficácia da fiscalização (fls.34/62)

Período de ocorrência: 10/06/2009 a 10/04/2013 (prejuízo: não aplicável)

- Inexistência de Manual de Qualidade e raras Reuniões Periódicas;
- Falta de Padronização e Organização dos Arquivos;
- Ausência de Diário de Obra;
- Fiscal não ocupante de cargo efetivo;
- Fiscal responsável por mais de 3 obras;
- Inexistência de Controle Tecnológico (testes, ensaios e exames);
- Recebimentos provisório e definitivo não são realizados adequadamente;
- Ausência de Planta de Cadastro (*as built*).

² Processo nº 1429/2013



III – Responsáveis

5 Foram indicados como responsáveis pelas irregularidades apuradas os servidores abaixo nominados, conforme Relatório de Auditoria Integrada nº 12/2014-DIAUD3:

- Achado 1 - Projeto Básico deficiente (fls.31/33):

- Conduta: permitir o prosseguimento de licitações/contratações amparadas em Projetos Básicos deficientes, conforme verificado em processos analisados por amostragem, falhando na sua atribuição de coordenação e controle e descumprindo a Lei 8.666/93, além de diversas decisões do Tribunal;

- Nexo causal: as licitações/contratações só prosseguiram mediante a aprovação do Diretor responsável por programar, coordenar e controlar a elaboração, a execução e a manutenção, diretamente ou por intermédio de terceiros, dos projetos de construção civil deferidos à NOVACAP.

Responsável	Cargo	Período
Luiz Henrique Freire Duarte	Diretor de Edificações	23/01/2007 a 05/01/2009
José Alves de Melo Júnior	Diretor de Edificações	05/01/2009 a 19/05/2010
Maruska Lima de Sousa Holanda	Diretora de Edificações	09/07/2010 a 01/03/2012
Daclimar Azevedo de Castro	Diretor de Edificações	01/03/2012 a 12/01/2015
Celso Roberto Machado Pinto	Diretor de Urbanização	07/05/2007 a 06/08/2009
Maurício Canovas Segura	Diretor de Urbanização	06/08/2009 a 19/05/2010
Bruna Maria Peres Pinheiro	Diretora de Urbanização	30/03/2011 a 12/09/2011
Erinaldo pereira da Silva Sales	Diretor de Urbanização	12/09/2011 a 25/02/2014

- Achado 2 – Ineficácia da fiscalização (fls.51/55):

- Conduta 1: na condição de gestor, ao exercer a coordenação e controle das áreas subordinadas, permitiu a ocorrência de procedimentos com inobservância às normas e procedimentos aplicáveis na fiscalização dos contratos de obras (Inexistência de Controle Tecnológico);

- Conduta 2: na condição de gestor, ao exercer a coordenação e controle das áreas subordinadas, permitiu a ocorrência de procedimentos com inobservância às normas e procedimentos aplicáveis na fiscalização dos contratos de obras (Inexistência de Controle Tecnológico, Ausência de Termo de Recebimento Definitivo, Ausência de Termo de Recebimento Provisório e Ausência de Planta de Cadastro);

- Conduta 3: na condição de gestor, ao exercer a coordenação e controle das áreas subordinadas, permitiu a ocorrência de procedimentos com inobservância às normas e procedimentos aplicáveis na fiscalização dos contratos de obras (Inexistência de Controle Tecnológico, e Ausência de Planta de Cadastro);

- Nexo causal: conforme descrito no art. 29 do Estatuto Social da empresa, compete ao Diretor de Edificações: "inciso II: coordenar e controlar a execução de obras de edificação, conservação e reparo de edifícios; (...) VI – adotar quaisquer outras providências que se tornarem necessárias à direção, à coordenação e ao controle das atividades de sua Diretoria e que por sua natureza e características



não se incluam no âmbito das competências dos demais órgãos da administração da Companhia".

Responsável	Cargo	Conduta	Período
José Alves de Melo Júnior	Diretor de Edificações	1	05/01/2009 a 19/05/2010
Maurício Canovas Segura	Diretor de Edificações	1	19/05/2010 a 09/07/2010
Maruska Lima de Sousa Holanda	Diretora de Edificações	2	09/07/2010 a 01/03/2012
Daclimar Azevedo de Castro	Diretor de Edificações	1	01/03/2012 a 12/01/2015
Maurício Canovas Segura	Diretor de Urbanização	1	06/08/2009 a 19/05/2010
Nilson Martorelli	Diretor de Urbanização	1	19/05/2010 a 09/07/2010
Fauzi Nacfur Júnior	Diretor de Urbanização	1	09/07/2010 a 12/01/2011
Carlos Arthur Viveiros da Costa	Diretor de Urbanização	3	12/01/2011 a 01/03/2011 - falecido
Maruska Lima de Sousa Holanda	Diretora de Urbanização	3	02/03/2011 a 30/03/2011
Bruna Maria Peres Pinheiro	Diretora de Urbanização	3	30/03/2011 a 12/09/2011
Erinaldo Pereira da Silva Sales	Diretor de Urbanização	3	12/09/2011 a 25/02/2014

6 Nesse sentido, foi autorizada a audiência dos nominados gestores, para apresentação de razões de justificativa pelas irregularidades verificadas (Decisões nº 4064/2014 e 4022/2015³ - fl.316).

IV – Improcedência das razões de justificativa apresentadas em virtude das Decisões nº 4064/2014 e 4022/2015

7 O exame das razões de justificativa apresentadas pelos referidos gestores da NOVACAP resultou na Decisão nº 3873/2016, de 28/07/2016 (fl. 486), e nos Acórdãos nº 526/16 a 531/16 (fls. 487/491), assim redigida:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:

I – tomar conhecimento:

a) das razões de justificativa apresentadas pelos gestores relacionados a seguir, chamados em audiência por força do item "II-a" da Decisão n.º 4.022/2015: a.1.

³ O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) das razões de justificativas apresentadas por alguns dos gestores chamados em audiência por força do item IV da Decisão n.º 4.064/14, na forma a seguir: a.1) Bruna Maria Peres Pinheiro (fls. 143/177 e anexo II); a.2) Celso Roberto Machado Pinto (fls. 202/223 e anexo IV); a.3) Daclimar Azevedo de Castro (fls. 178/187 e anexo III); a.4) Fauzi Nacfur Júnior (fls. 193/201); a.5) Luiz Henrique Freire Duarte (fl. 278); a.6) José Alves de Melo Júnior (fls. 224/273); a.7) Maruska Lima de Sousa Holanda (fls. 279/300); a.8) Maurício Canovas Segura (fl. 142 e anexo I); a.9) Nilson Martorelli (fls. 274/277); b) da Matriz de Responsabilização Complementar de fl. 303 alusiva ao achado 2, no que pertine a adequação do objeto relativo ao Processo n.º 305.000.382/08; c) da Informação n.º 17/15 – 3ª Diaud/Seaud (fls. 305/308); II – autorizar: a) nova audiência dos responsáveis indicados na matriz de responsabilização complementar do achado 2 para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem razões de justificativa pela falha ali indicada, tendo em conta a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 57, inciso II, da Lei Complementar n.º 01/1994, c/c o art. 182, inciso I, do RI/TCDF; b) o sobrestamento da análise das razões de justificativas apresentadas pelos responsáveis a que alude o item I.a, até o cumprimento da diligência constante do item II.a; c) o envio de cópia da Matriz de Responsabilização Complementar de fl. 303 e da Informação nº 17/15 – 3ª Diaud/Seaud aos responsáveis, a fim de subsidiar a elaboração de suas razões de justificativa; d) o retorno dos autos à Secretaria de Auditoria, para os devidos fins.



Nilson Martorelli (fls. 333/355); a.2. Fauzi Nacfur Júnior (fls. 356/380); a.3. Maruska Lima de Sousa Holanda (fls. 381/397); b) da Informação n.º 9/2016 – SEAUD/3ª Divisão (fls. 398/432); c) do Parecer n.º 605/2016 - MF (fls. 434/436);

II – considerar:

a) **revel**, para todos os efeitos, nos termos do § 3º do art. 13 da Lei Complementar n.º 01/1994, o **Sr. Erinaldo Pereira da Silva Sales**, aplicando-lhe, por conseguinte, a sanção prevista no art. 57, inciso II, da Lei Complementar n.º 01/1994, pelas falhas apontadas nas Tabelas 21 e 22 da Informação n.º 09/2016 – SEAUD/3ª Divisão;

b) procedentes as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Luiz Henrique Freire Duarte e pela Sra. Bruna Maria Peres Pinheiro;

c) parcialmente procedente as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Maurício Canovas Segura, deixando de aplicar-lhe sanção, excepcionalmente, tendo em conta que as deficiências remanescentes dos projetos indicados nos autos podem ser consideradas como oportunidade de melhoria;

d) **parcialmente procedente as razões de justificativa apresentadas** pelos Srs. José Alves de Melo Júnior, **Daclimar Azevedo de Castro**, Celso Roberto Machado Pinto, Nilson Martorelli e Fauzi Nacfur Júnior e **pela Sra. Maruska Lima de Sousa Holanda**, aplicando-lhes a sanção prevista no art. 57, inciso II, da Lei Complementar n.º 01/1994, uma vez que não conseguiram afastar suas responsabilidades pelas impropriedades apontadas nas Tabelas 7, 14, 16, 23, 24 e 11, da Informação n.º 09/2016 – SEAUD/3ª Divisão, respectivamente;

III – aprovar, expedir e mandar publicar os acórdãos apresentados pelo Relator;

IV – dar ciência desta decisão aos interessados;

V – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Auditoria – Seaud/TCDF, para os devidos fins.

V – Recursos interpostos contra as Decisões nº 3873/2016 e 4400/2017

8 Os recursos interpostos contra a Decisão nº 3873/2016 foram examinados na Informação nº 063/2016-SEAUD (fls.694/708) e deram ensejo à Decisão nº 4400/2017, de 12/09/2017 (fl. 746), e aos Acórdãos nº 353/2017 e 354/2017 (fls. 747/750), *verbis*:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:

I – no mérito:

a) dar provimento aos Pedidos de Reexame interpostos pelos Srs. Nilson Martorelli (fls. 506/515), Fauzi Nacfur Júnior (fls. 587/637), José Alves de Melo Júnior (fls. 638/655) e Celso Roberto Machado Pinto (fls. 656/665) contra os termos da Decisão nº 3.873/2016 (fl. 486), com o consequente cancelamento das multas consubstanciadas nos Acórdãos nºs 531/16 (fl. 494), 527/16 (fl. 489), 530/16 (fl. 493), respectivamente;



b) **dar provimento parcial aos Pedidos de Reexame interpostos pelo Sr. Daclimar Azevedo de Castro** (fls. 525/555) e **pela Sr.^a Maruska Lima de Sousa Holanda** (fls. 556/586), **contra os termos da Decisão nº 3.873/2016** (fl. 486), **reduzindo o valor das multas** que lhes foram aplicadas, por meio dos Acórdãos nºs 528 e 529/2016 (fls. 490 e 492), respectivamente, **ao valor de R\$ 1.739,13 (mil, setecentos e trinta e nove reais e treze centavos);**

c) **negar provimento** ao Pedido de Reexame interposto pelo **Sr. Erinaldo Pereira da Silva Sales** (fls. 666/674), **mantendo nos exatos termos a multa** que lhe fora imposta por meio do Acórdão nº 526/2016 (fl. 487), respectivamente;

II – aprovar, expedir e mandar publicar os acórdãos apresentados pelo Relator; I

III – determinar: a) nos termos do art. 26 da Lei Complementar nº 1/94, aos responsáveis indicados nas alíneas “b” e “c” do item I que, no prazo de 30 (trinta) dias, recolham aos cofres distritais o valor das multas que lhes foram imputadas, remetendo ao Tribunal o respectivo comprovante de recolhimento; b) a adoção das providências cabíveis, nos termos do art. 29 da Lei Complementar n.º 01/1994, caso não cumpra (m) a (s) respectiva (s) notificação (ões);

IV – dar ciência aos interessados desta decisão;

V – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Auditoria, para as providências pertinentes.

9 Inconformado, o **Sr. Daclimar Azevedo de Castro** interpôs novo Recurso de Reconsideração (fls. 804/806), que não foi conhecido pelo Plenário (Decisão nº 6035/17 – fl.900).

10 Novamente insatisfeito, o recorrente interpôs Embargos de Declaração. Desta feita, o Tribunal, ao apreciar o mérito, mediante a Decisão nº 1285/18 (fl.927), decidiu negar provimento ao recurso, mas *“considerando a expressa manifestação de vontade do Sr. DACLIMAR AZEVEDO DE CASTRO de que o Recurso de Reconsideração de fls. 804/806 seja recebido como Recurso de Revisão, com amparo no art. 288, inciso III, do RI/TCDF, (decidiu) autorizar a Unidade Técnica da Corte a analisar o mérito das razões expostas pelo recorrente à luz dessa disposição regimental”*.

11 Nesse particular, ressaltamos que o exame de mérito do Recurso de Revisão interposto pelo **Sr. Daclimar Azevedo de Castro** já foi procedido pela Informação nº 041/2018-SEAUD (fls. 958 a 966), cuja conclusão foi pela negativa de provimento.

12 Posteriormente, conforme Decisão nº 397/2018, de 08/02/2018 (fl. 909), o Tribunal deliberou por *“ratificar o Despacho Singular nº 588/2017-GCPM, que não conheceu do Recurso de Revisão interposto pela Sr.^a Maruska Lima de Souza Holanda (fls. 764/776), visando à reforma da Decisão nº 4.400/17-CMM e do Acórdão nº 353/2017, por ausência dos pressupostos de admissibilidade”, deixando “de conhecer o Recurso de Agravo, interposto pela Sr.^a Maruska Lima de Souza Holanda (fls. 840/844), por ser intempestivo”*.

13 Em decorrência, a interessada interpôs novo Pedido de Reexame (fls. 929 a 933), acompanhado do Memorial de fls. 969 a 974.

14 A respeito do novo recurso, em Voto de fls. 982 a 995, o Relator do feito,



Conselheiro Renato Rainha, amparado no princípio do formalismo moderado/mitigado, ponderou *“que, realmente, a questão fática suscitada pela recorrente nesses recursos possui potencial capaz de afastar a causa da imposição da penalidade contra a qual se insurge”*.

15 A propósito, o Relator dos autos verificou *“que a Sra. **Maruska Lima de Sousa Holanda**, no **Recurso de Revisão** que interpôs neste processo (fls. 764/776), arguiu falta de nexo causal entre a sua conduta e a penalidade que lhe foi imposta nestes autos. Lastreada em documentação que fez juntar ao **Recurso de Revisão** (fls. 777/796), sustentou que este Tribunal não poderia exigir Termo de Recebimento de obra que ainda estava em execução”*.

16 Nesse raciocínio, prosseguiu o Conselheiro:

“Ao considerar essa alegação da recorrente e o que consta dos documentos juntados à peça do **Recurso de Revisão** e cotejá-los com o motivo que conduziu este Tribunal a aplicar-lhe multa, é possível vislumbrar que a alegação recursal se subsumiria à hipótese *“superveniência de documento novo com eficácia sobre a prova produzida”*, descrita no inciso III do art. 288 do RI/TCDF. É que a documentação que segue a peça desse recurso possui dados que indicam plausibilidade do alegado pela recorrente, o que pode repercutir sobre o entendimento da Corte assentado na Decisão nº 4.400/2017 (fl. 746) e no Acórdão nº 353/2017 (fls. 747/748), com potencial de afastar a penalidade aplicada à recorrente.

(...)

Penso que inadmitir esse Pedido de Reexame, ante os apontados obstáculos regimentais, deixando de lhe aplicar as diretrizes que emanam do princípio do formalismo moderado e do princípio da verdade material ou real, corre-se considerável risco de se estar perpetrando à recorrente injusta penalidade. É que a documentação nova que traz ao feito, ao menos em sede de exame perfunctório, infirma os pressupostos da penalidade que lhe foi cominada.

(...)

Conquanto esteja em sintonia com a percepção do ilustre representante do Parquet quanto à busca da verdade material aplicável ao caso em destaque, peço vênha para dissentir em relação ao encaminhamento. É que tenho de melhor alvitre que seja o Pedido de Reexame recebido como recurso mesmo. Amparo-me nas considerações já expendidas neste voto.

Além do que, escoro-me, também, em precedente do egrégio Tribunal de Contas da União - TCU no qual situação semelhante foi enfrentada. Refiro-me ao Acórdão nº 2071/2012-Plenário, nos termos do qual aquela Corte federal, ao transpor os obstáculos ventilados neste voto, entendeu cabível a interposição de recurso em face de decisão que resolveu questão agitada em Recurso de Revisão. (...):

(...)

Houve no julgamento dessa matéria relevante debate, tendo prevalecido o entendimento sustentado pelo eminente Ministro Raimundo Carreiro, Relator do feito, pelo conhecimento do Recurso de Reconsideração. (...):



(...)

Assim, ao se considerar o quadro acima delineado, conheço do Pedido de Reexame interposto pela Sra. Maruska Lima de Sousa Holanda em face do contido nas Decisões nºs 4.400/2017, item II, alínea "b", e 397/2018 deste Tribunal (fls. 929/933)".

17 Portanto, o motivo desta Informação prende-se ao cumprimento da Decisão nº 3129/2018, de 22/06/2018 (fl. 996), mediante a qual o egrégio Plenário deliberou por, "*em caráter excepcional, tomar conhecimento do Pedido de Reexame interposto pela **Sra. Maruska Lima de Sousa Holanda**, em face do contido nas Decisões nºs 4.400/2017, item II⁴, alínea "b", e 397/2018 deste Tribunal*", autorizando o exame de mérito da peça recursal por esta unidade técnica.

VI – Razões recursais de Maruska Lima de Sousa Holanda

18 Em seu Pedido de Reexame das Decisões nº 4.400/2017, item I, alínea "b", e 397/2018, a **Sra. Maruska Lima de Sousa Holanda** tece os seguintes argumentos (fls. 929 a 957):

"Do surgimento de Fato novo.

Preliminarmente, a Requerente esclarece que, em sua primeira defesa, não foram apresentados os documentos enumerados de 01 a 06, ora, carreados com a presente peça.

Tais documentos comprovam, efetivamente, que o contrato objeto de inspeção por essa Corte, **que originou a multa ora combatida**, estava, em pleno vigor, e, que a obra estava em andamento, e que era impossível, diante destes fatos, ser exigido que se lavrasse termo de recebimento provisório ou "as built", como "entendeu" a Inspeção, o que resultou na multa aplicada.

Dos fatos.

Por meio da Decisão nº 3873/2016, item II-d, a Requerente foi condenada ao pagamento da multa no importe de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), conforme Acórdão nº 528/2016, e, após apresentação de **Recurso de Reconsideração** por meio da Decisão nº 4400/2017, item "II-b", teve esse valor reduzido para R\$ 1.739,13 (mil setecentos e trinta e nove reais e treze centavos), conforme Acórdão 353/2017.

Após a expedição da Decisão nº 4400/2017, a Requerente tem tentado demonstrar que mesmo com a redução do valor acima, a multa aplicada ainda, não lhe faz justiça porque:

De acordo com novas provas agora apresentadas, (docs. 01 a 06), ora carreadas com o presente **Pedido**, está comprovado, que, efetivamente, "o contrato objeto de inspeção por essa Corte de Contas estava em pleno vigor, e que a obra estava em andamento, e que era impossível, diante destes fatos, ser exigido que se lavrasse termo de recebimento provisório ou "as built", como "entendeu" a

⁴ Na verdade, trata-se do item I, alínea "b", da Decisão nº 4400/2017.



inspeção desse Tribunal, e, ainda, somente em 2015, a fiscalização da NOVACAP tentou emitir o TRP da obra, conforme CARTA 006/2015-SEFISO/DIOB/DEINFRAIDU".

Da mesma forma, o próprio Corpo Técnico dessa Corte, ao apreciar o Recurso de Reconsideração, anteriormente manejado, concluiu que, em relação ao processo nº 110.000.011/2010, não foi cometida pela Requerente qualquer falha, opinando pela isenção de qualquer responsabilidade, conforme abaixo transcrito:

(...)

Além da sugestão do Corpo Técnico acima, a Requerente argumentou e comprovou, anteriormente, a sua isenção de qualquer responsabilidade ou falta que tenha sido cometida em relação ao referido processo.

No entanto, estas provas foram ignoradas, e o Ministério Público "**entendeu**" que a **Requerente não comprovou a regularização dos vícios presentes no processo nº 110.000.011/2010, tornando possível, apenas, a redução do valor da multa aplicada constante no Acórdão nº 528/2016**", e, concordando com esse "entendimento", **no mérito**, o VOTO DO RELATOR concordou com a "redução do valor da multa anteriormente aplicada".

Ora, os argumentos do MP, não se sustentam por si só, porque são desprovidos de fundamentos, e também porque esta Corte de Contas, em suas Decisões, sempre observou **o princípio da homogeneidade na aplicação das sanções** previsto no artigo 282, **do Regimento Interno**, o qual orienta:

(...)

Apesar dos esclarecimentos fornecidos, o MP em sua sugestão não observou a disposição do artigo 282 do RITCDF, e muito menos os fatos abaixo elencados:

- a) **A obra, se encontrava em andamento; o contrato em pleno vigor; com medições sendo apresentadas; e nesta fase, é impossível se exigir o recebimento provisório, e/ou definitivo e, "as built";**
- b) O contrato nº 040/2010, referente a essa obra foi celebrado entre a **Construtora Colina Ltda.** e a então **Secretaria de Obras**, e de acordo com sua Cláusula Décima Sexta, "**foi designado pelo Distrito Federal, por meio daquela Secretaria, um Executor para o Contrato, que tinha a obrigação de desempenhar as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil**" (doc.01);
- c) A existência da Portaria nº 85, de 13 de setembro de 2010, onde foi nomeado o Executor deste Contrato, conforme fis. 268 do processo **nº 110.000.011/2010** (doc. 02);

Ora, é do conhecimento geral que cabe ao **Executor do Contrato e ao Fiscal da Obra** acompanhar e verificar o cumprimento fiel do projeto e do contrato das edificações, decidindo, em nome da Administração, as alterações de especificações, de métodos, de quantidade e também observando o seguimento do cronograma e do orçamento estimado da obra.

Assim, de maneira simplificada, cabe àqueles profissionais o acompanhamento



passo a passo da execução da obra, e as "**decisões e providências que ultrapassarem a competência destes representantes deverão ser solicitadas a seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes**", segundo a inteligência (...) da Lei 8666/93. (grifamos).

No entanto, durante os 28 dias em que a Requerente exerceu o Cargo de Diretor de Urbanização, não foi procurada pelos encarregados do gerenciamento do contrato e da obra, e muito menos pelo Executor do Contrato, ou pela Fiscalização que são, em última análise, os responsáveis pelo contrato, para informá-la acerca da mesma.

Assim, tudo indicava, e essa era a realidade, que o contrato que estava em vigor, caminhava normalmente e as medidas julgadas necessárias e pertinentes, à época, estavam sendo adotadas, por quem de direito, até porque, repetimos, o contrato estava em plena vigência.

Atente-se que durante a curta gestão da Requerente, não há provas de esta tenha negligenciado qualquer providência que fosse capaz de modificar a situação fática do referido processo, porque este se encontrava na posse da Fiscalização com a obra em andamento e ali permaneceu durante os 28 dias de seu exercício no Cargo.

Portanto, as supostas irregularidades apontadas pelo MP **NÃO EXISTEM**, porque se **a obra se encontrava em execução no período em que a Requerente exerceu o cargo de Diretor de Urbanização, e o contrato estava em plena vigência, e, ainda, o processo estava com a fiscalização, inclusive, atestando e encaminhando medições dentro de sua normalidade, COMO PODERIA, AO MESMO TEMPO, SER EXIGIDO O RECEBIMENTO PROVISÓRIO/DEFINITIVO e apresentação de "AS BUILT"???**

Ora, a Requerente não tinha como "**supor**" que um processo que se encontrava com a fiscalização, com a obra em andamento, e com o contrato vigente, requeria qualquer providência naquele momento, porque essa providência simplesmente, **NÃO EXISTIA!!!**

Conforme comprovam os despachos constantes às fls.289/291-v. e, ainda, 294 a 296 do processo nº 110.000.011/2010, "a obra se encontrava em plena execução, o contrato em vigor, e o processo com a fiscalização no período de 11/01/2011 a 02/05/2013", (doc. 03).

É importante ressaltar que a Requerente substituiu o Diretor de Urbanização no curto período de 02/03/2011 a 30/03/2011, e, nesse momento, repetimos, o processo se encontrava na posse da Fiscalização, e **a obra estava em plena execução com o contrato em vigor, o que pode ser comprovado também pelo relatório dos serviços apresentados no dia 22/03/2011, e nota fiscal nº 0101, de 29.06.2011, ambos da empresa CONSTRUTORA COLINA LTDA., e recebido na mesma data pela Fiscalização da obra, constantes às fls. 297 a 300 do processo nº 110.000.011/2010, cópias anexas (doc.04).**

Portanto, repetimos, não havia razão para se exigir "**o recebimento provisório e/ou definitivo e apresentação de "as built"**", pois a obra estava em plena execução.



Diante destes fatos, é imperioso reconhecer que a Requerente não pode ser punida, **porque as provas aqui produzidas apontam em outra direção,** considerando que o contrato estava em vigor, com a obra em andamento, e o processo na posse do Fiscal da obra, no período de 25/02/2011 a 30/05/2013, conforme comprovam as fls. 291 e 301 e verso (**doc. 05**).

E, ainda, conforme comprova a **CARTA nº 006/2015-SEFISO/DIOB/DEINFRA/DU**, datada de 30 de junho de 2015, somente em 2015 é que a fiscalização da referida obra tentou ultimar o seu recebimento, quando alertou a Contratada que: (**doc. 06**)

"Em abril do corrente ano enviamos correspondência a essa empresa solicitando a documentação necessária para emissão do Termo de Recebimento Provisório da obra de responsabilidade de V.Sa., referente (ao) Contrato no 040/2010-SO".

Assim, conforme acima demonstrado, apesar do zelo do MP, em querer responsabilizar alguém, essa punição não pode recair sobre a Requerente, pois não praticou nenhum ato que dê sustentação à sua pretensão.

Em relação aos outros Diretores, que em tese praticaram os mesmos atos que a Requerente, também o Corpo Técnico dessa Corte, por meio da Informação nº 063/2016-SEAUD (fls. 694/708), assim instruiu o feito:

(...)

Mesmo diante de tantos argumentos e provas, o Voto condutor se firmou no sentido de penalizar a Requerente, nos seguintes termos:

(...)

Ora a jurisprudência reinante em nossos Tribunais é contrária à Decisão acima transcrita, e, especialmente, o disposto no artigo 282 do RI (dessa) Corte, senão vejamos:

(...)

Também, corre no mesmo sentido a jurisprudência abaixo transcrita:

(...)

Como acima demonstrado e comprovado, a Requerente no exercício do Cargo de Diretor de Urbanização, por apenas 28 (vinte e oito) dias, e, na qualidade de **agente público, não praticou qualquer ato de gestão ilegal, ilegítimo ou antieconômico, ou infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, tendo em vista que não poderia determinar que se antecipasse o recebimento da obra, e nem a apresentação do "as built", com contrato vigente, e a obra em andamento, portanto, não pode ser responsabilizada.**

É oportuno mencionar que a Requerente, nos 28 dias de sua gestão como (Diretora) de Urbanização, sequer teve tempo hábil para o pleno exercício de suas



funções, eis que o período foi insuficiente até para conhecer a fundo o andamento de todas as obras a cargo daquela Diretoria, **até porque substituiu um Diretor em razão de seu falecimento, enquanto se nomeava novo Titular para aquela Pasta.**

Repetimos que não havia no processo de nº 110.000.011/2010 a necessidade da prática de qualquer **ato administrativo de gestão** pela Requerente, assim não há possibilidade de concordar com o "**entendimento**" do MP, e muito menos com o disposto na Decisão nº 4400/2017, que penaliza a Recorrente em função de "**supostas**" falhas encontradas no referido processo, porque inexistentes.

Como sabemos, a atribuição de responsabilidade está atrelada à verificação dos pressupostos referentes à conduta do agente, ao dano provocado e à relação de causalidade entre ambos.

Portanto, o nexo de causalidade **é o elo essencial entre o ato do agente e a consequência lesiva dele advinda**, fazendo incidir a responsabilidade civil e o dever de reparação.

Nesta seara, para que se possa imputar responsabilidade a um agente por qualquer irregularidade é essencial a caracterização do dolo ou culpa, eis que não se admite a responsabilização objetiva, presumida.

É evidente, portanto, a necessidade de reforma da Decisão nº 4400/2017, que apenas reduziu a multa aplicada à Recorrente, eis que não há como estabelecer o nexo causal entre sua conduta e a pena aplicada.

Também, porque não há comprovação que a conduta da Requerente tenha trazido qualquer prejuízo para a Administração, pois o contrato estava vigente no momento de sua gestão como Diretora, e a obra em andamento, e, **efetivamente, não poderia exigir que a obra fosse recebida provisória ou definitivamente naquele momento, e/ou a apresentação do "as built".**

Logo, repetimos, a Requerente não praticou qualquer ato relacionado as "**supostas**" irregularidades apontadas, pois o processo se encontrava na posse da fiscalização com a obra em andamento e com o contrato em vigor, e ali permaneceu com a fiscalização durante os 28 dias de sua gestão.

Ressalte-se que nem o Executor e nem o Fiscal da obra, ou Chefes de Departamento e/ou Divisão trouxeram ao conhecimento da Requerente qualquer pedido demanda ou sugestão a serem adotadas em relação àquela obra, durante os 28 dias que esteve à frente da Diretoria de Urbanização.

Dos Pedidos.

Ante o exposto, requer a Vossa Excelência, o recebimento do presente **Pedido de Reexame**, com base no art. 286, parágrafo único, e inciso II do art. 278 do RITCD, e, no art. 47 e seu parágrafo único, c/c art. 33 e 34, da **Lei Complementar** nº 01/1994, e seu acolhimento.

Requer, também, a remessa desse **Pedido de Reexame** à apreciação dessa C. Corte de Contas, para que a matéria e as provas ora produzidas sejam



reexaminadas, e, conseqüentemente, seja revista a Decisão nº 4400/2017, com o cancelamento da multa aplicada a Requerente por meio do Acórdão nº 353/2017, a fim de que lhe seja conferido por esse Tribunal o mesmo tratamento em casos análogos, eis que, conforme demonstrado e provado, inexistente qualquer conduta ilícita, dolosa ou culposa que tenha sido praticada pela Requerente” (destaques constantes do original).

Análise

19 A recorrente foi chamada em audiência em face dos questionamentos apontados nas Decisões nº 4064/2014 e 4022/2015, especificamente quanto aos **Achados 1 (Projeto Básico deficiente) e 2 (Ineficácia da fiscalização)** constantes do Relatório de Auditoria Integrada nº 12/2014-DIAUD3⁵ (fls.03/62).

20 Segundo Tabela 2 do Relatório de Auditoria Integrada nº 12/2014-DIAUD3 (fls.03/62), a recorrente, então ocupante do cargo de Diretora de Edificações da NOVACAP, no período de 09/07/2010 a 01/03/2012, foi responsabilizada por “*permitir o prosseguimento de licitações/contratações amparadas em Projetos Básicos deficientes, conforme verificado em processos analisados por amostragem (vide item 3 do Anexo I da Matriz de Responsabilização), falhando na sua atribuição de coordenação e controle e descumprindo a Lei 8.666/93, além de diversas decisões do Tribunal, conforme § 106⁶*”.

21 A mesma Tabela 2 do Relatório de Auditoria aponta que “*as licitações/contratações só prosseguiram mediante a aprovação do Diretor de Edificações que, conforme RI - NOVACAP, art. 15, II, é responsável por programar, coordenar e controlar a elaboração e execução, diretamente ou por intermédio de terceiros, dos projetos de construção civil deferidos à NOVACAP*”.

22 Mais adiante, a Tabela 04 do mencionado Relatório de Auditoria indica que a recorrente, na condição de Diretora de Edificações da NOVACAP, no período de 09/07/2010 a 01/03/2012, foi responsável por, “*na condição de gestor, ao exercer a coordenação e controle das áreas subordinadas, (permitir) a ocorrência de procedimentos com inobservância às normas e procedimentos aplicáveis na fiscalização dos contratos de obras (Inexistência de Controle Tecnológico, Ausência de Termo de Recebimento Definitivo, Ausência de Termo de Recebimento Provisório e Ausência de Planta de Cadastro)*”.

23 Consoante referida Tabela 04 do Relatório de Auditoria, foi constatada transgressão aos termos do artigo 29, incisos II e VI⁷, do Estatuto Social da NOVACAP.

⁵ Processo nº 1429/2013

⁶ 106. Cabe destacar que, mesmo havendo muitas deliberações anteriores do Tribunal, tais como: Decisão Reservada nº 62/03, item V.a; Decisão nº 4202/07, item II; Decisão nº 6636/09, item III; Decisão nº 3013/12, item II.c, dentre outras, que determinaram a correta confecção dos projetos básicos da NOVACAP, nenhuma medida efetiva foi tomada para mudar a realidade apresentada.

⁷ Conforme descrito no art. 29 do Estatuto Social da empresa compete ao Diretor de Edificações: “*inciso II, compete: coordenar e controlar a execução de obras de edificação, conservação e reparo de edifícios; ... VI – adotar quaisquer outras providências que se tornarem necessárias à direção, à coordenação e ao controle das atividades de sua Diretoria e que por sua natureza e características não se incluam no âmbito das competências dos demais órgãos da administração da Companhia.*”



- 24 Não foi apontado prejuízo decorrente das condutas impugnadas.
- 25 Ao analisar as razões de justificativa apresentadas pela interessada, a Informação nº 9/2016-SEAUD/3ª Divisão (fls. 398 a 432) assim se pronunciou:

*“39. A justificativa de que a responsabilidade deveria caber exclusivamente ao fiscal da obra não deve prosperar, uma vez que, durante a fiscalização observou-se falha **sistêmica** na etapa de planejamento e não a ação isolada de determinado fiscal. Dessa forma, caberia sim ao gestor responsável, no caso o Diretor, assegurar que seus subordinados cumpram as normas vigentes, falhando dessa forma em sua atribuição de coordenação e controle.*

*40. Logo, em relação ao achado de projeto básico deficiente, para os processos de nº **110.000.002/2011** e **112.003.742/2007**, somos pela **improcedência** das razões de justificativa.*

(...)

*41. Quanto ao processo nº **305.000.382/2008**, foram apresentados os laudos de ensaios para 2 quadras do total de 13 contratadas, logo, em razão da ausência de comprovação de controle tecnológico em todos os itens contratados, somos pela **procedência parcial** das razões de justificativa apresentadas.*

*42. No processo nº **112.001.265/2009** as justificativas fundaram-se na forma de contratação terceirizada do projeto e cita diversos DOCs comprobatórios, sem, contudo, anexá-los ao processo. Entretanto, a irregularidade atribuída a esse processo é de ausência de controle tecnológico e não falha de projeto básico. Acerca da deficiência de ensaios ou testes, razão do achado, nada foi mencionado.*

*43. Ademais, o Sr. Daclimar (§§55/81), em suas razões de justificativa apresentou os laudos de controle tecnológico executados pela empresa Cone Concretos (anexo III, vol. I, fls. 6/11), porém observa-se que em nenhum dos laudos consta a **assinatura** do engenheiro responsável, tornando sem qualquer validade o documento apresentado. Pelo exposto, somos pela **improcedência** das justificativas.*

*44. Acerca do processo nº **112.002.550/2008**, afirma ter havido “forte controle da obra”, com “diversos testes e ensaios do terreno”. Afirma ainda que foram executados testes de carga das estacas no período de 02/09/2009 a 12/09/2009 sem, contudo, apresentar documentação comprobatória dos ensaios realizados na fase de execução da obra razão pela qual somos pela **improcedência** das justificativas apresentadas.*

*45. Quanto ao processo nº **112.001.056/2009** as alegações da justificante baseiam-se na desnecessidade de sondagens, pela simplicidade da obra em tela. Entretanto, a sondagem trata da fase de planejamento da obra, e as irregularidades apontadas para esse processo foram na fase de execução, por inexistência de Controle Tecnológico, ausência de Termo de Recebimento Definitivo e de Planta de Cadastro (As Built), nada tendo sido mencionado quanto aos levantamentos preliminares na fase de projeto básico.*

*46. Posto que nada fora mencionado acerca das irregularidades registradas e nenhum documento que as afaste foi trazido aos autos, somos pela **improcedência** das razões de justificativa para o mencionado processo.*

*47. No processo nº **112.001.593/2009**, a justificante, equivocadamente, focou na qualidade do projeto básico, que não veio a ser questionado pela equipe de auditoria, posto que o achado trata de deficiência na fiscalização por **Inexistência de Controle Tecnológico**.*

48. Porém, o Sr. Daclimar (§§55/81), em suas razões de justificativa apresentou ensaio de compressão para análise de concreto realizado pelo SENAI (anexo III, vol. I, fls. 28/29), razão pela qual a acolhemos para este processo.



49. Não foram apresentadas razões de justificativa para o processo nº 112.003.742/2007. Entretanto, o Sr. Daclimar (§§55/81), em suas razões de justificativa alegou que, por se tratar de obra apenas de acessibilidade, “não sendo necessários testes laboratoriais, visto não existir nenhum serviço de cunho estrutural” (fl. 183). Posto isso, somos pela **procedência** de suas justificativas.

50. Para o processo nº **112.001.824/2011** as alegações da justificante baseiam-se na desnecessidade de sondagens: Afirma que por “utilizarem material leve, seu peso não representa carga suficiente para as fundações complexas” (...) “as fundações são simples e diretas passíveis de dimensionamento sem a realização de sondagens”. Porém, a sondagem trata da fase de planejamento da obra, e as irregularidades apontadas para esse processo foram na fase de execução, por inexistência de Controle Tecnológico e ausência de Planta de Cadastro (As Built), nada tendo sido mencionado quanto aos levantamentos preliminares na fase de projeto básico.

51. Uma vez que não houve manifestação acerca das irregularidades apontadas para o referido processo, somos pela manutenção do achado e a **improcedência** das justificativas apresentadas.

52. Não foram apresentadas razões de justificativa para o processo nº **110.000.011/10**, razão pela qual somos pela manutenção do achado de ineficácia da fiscalização por ausência dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo e das Plantas de Cadastro (As Built).

53. Para o processo nº **112.002.429/2007**, como foi apresentado o Termo de Recebimento Definitivo da obra da Vila Olímpica da Vila Estrutural, tal irregularidade foi afastada. Entretanto, nada foi mencionado sobre as plantas de cadastro, ausentes dos autos segundo a equipe de auditoria. Dessa forma, somos pela procedência parcial das justificativas, restando inalterada a irregularidade quanto à ausência das plantas “as built”.

54. Já no processo nº **112.002.351/2009** descreve quais serviços foram executados e remete a relatório fotográfico (DOC17-fls.291) que comprovaria o “excelente nível de execução”, sem, contudo, anexar tal documento aos autos. Não foram trazidas provas que refutassem as irregularidades apontadas de inexistência de Controle Tecnológico e ausência de Termo de Recebimento Definitivo e de Plantas de Cadastro (As Built), razão pela qual somos pela **improcedência** das justificativas”. (destaques constantes do original)

26 As sugestões técnicas foram avalizadas pelo Parecer nº 605/2016-MF (fls. 434 a 436) e referendadas pelo Tribunal.

27 Em consequência, nos termos do item II, letra “d”, da Decisão nº 3873/2016, de 28/07/2016 (fl. 486), a **Sra. Maruska Lima de Sousa Holanda** teve suas razões de justificativa consideradas parcialmente procedentes, sendo-lhe aplicada “a sanção prevista no art. 57, inciso II, da Lei Complementar n.º 01/1994, uma vez que não conseguiram afastar suas responsabilidades pelas impropriedades apontadas (...na) Informação n.º 09/2016 – SEAUD/3ª Divisão”.

28 Ao recurso interposto pela interessada, contra a Decisão nº 3873/2016, foi dado parcial provimento no sentido de reduzir o valor da multa constante do Acórdão nº 529/2016 (fl. 492) ao valor de R\$ 1.739,13 (mil, setecentos e trinta e nove reais e treze centavos) – (item I, letra “b”, da Decisão nº 4400/2017, de 12/09/2017; fl. 746), cujo voto condutor apresentou o seguinte fundamento:

No que concerne ao mérito do recurso apresentado pela senhora **Maruska Lima de Sousa Holanda**, anoto que a responsável trouxe aos autos elementos capazes de elidir as falhas constantes dos Processos nos 112.003.742/2007,



112.001.265/2009, 112.002.550/2008, 112.001.056/2009, 112.001.824/2011, 112.002.429/2007 e 112.002.351/2009, contudo, consoante exposto pelo Parquet, a ex-servidora **não comprovou a regularização dos vícios presentes no Processo nº 110.000.011/2010**, tornando possível, apenas, a redução do valor da multa aplicada constante do Acórdão nº 528/2016. (grifou-se)

29 No entanto, a pretensão de revisão da Decisão nº 4400/2017, pela recorrente, foi rechaçada pelo item I da Decisão nº 397/2018, de 08/02/2018 (fl. 909).

30 Nesse particular, respeitosamente, ainda que o Relator do feito não se vincule às sugestões do corpo técnico, para fins da motivação de seu livre convencimento, convém ressaltar o que foi consignado no parágrafo 30 da Informação nº 063/2016-SEAUD (fls. 694 a 708):

“30. No que tange ao argumento deduzido na alínea ‘g’, relativamente aos processos cuja responsabilidade lhe fora atribuída em face do exercício do cargo de Diretora de Urbanização (305.000.382/2008 e 110.000.011/2010), por apenas 28 (vinte e oito) dias, assiste razão à recorrente, não pelo curto prazo em si, mas por uma questão de isonomia de tratamento, na medida em que o Sr. Maurício Canovas Segura foi isentado da mesma responsabilidade que foi imputada à recorrente (mesmo processo – 305.000.382/2008), em razão do curto período de tempo que esteve à frente da Diretoria de Edificações (1 mês e 22 dias), não sendo justo dispensar à recorrente tratamento desigual. Argumento procedente

31. Quanto aos processos cuja responsabilidade lhe fora atribuída em face do exercício do cargo de Diretora de Edificações (09.07.2010 a 01.03.2012), cabe observar o seguinte:

- **Processo nº 110.000.002/2011** (construção de 245 unidades habitacionais unifamiliares) - Remanesce a irregularidade referente a projeto básico deficiente por ausência de sondagem. A recorrente, contudo, trouxe aos autos documentação que comprova a realização das sondagens, do levantamento topográfico e do estudo geotécnico, solucionando a pendência (Anexo VII, vol. 1). Argumento procedente;

- **Processo nº 112.003.742/2007** (acessibilidade da Biblioteca Nacional) - Remanesce a irregularidade referente à projeto básico deficiente por falta de planejamento. Primeiramente, esclareceu a recorrente que o projeto básico fora aprovado em período anterior à sua gestão, não podendo a mesma ser responsabilizada por suposta deficiência anterior ao seu exercício. Ademais, demonstrou e comprovou a recorrente que os questionamentos formulados pelo IPHAN foram contornados e superados (Anexo VII, vol. 1). Argumentos procedentes;

- **Processo nº 112.001.265/2009** (construção de mini Vila Olímpica em Sobradinho AE 01 a 05) – Remanesce a irregularidade referente aos laudos de controle tecnológicos não assinados pelo engenheiro responsável. A recorrente acostou os laudos dos controles tecnológicos do concreto devidamente assinados, saneando a pendência (Anexo VII, vol. 1, Doc. 9). Argumento procedente;

- **Processo nº 112.002.550/2008** (construção da Torre de TV Digital) – Remanesce as irregularidades referentes à inexistência de controle tecnológico. A recorrente acostou aos autos (Anexo VII, vol. 1. Doc.10) todos os relatórios técnicos dos ensaios realizados na obra, o que infirma a tese de ausência de controle tecnológico. Argumento procedente;

- **Processo nº 112.001.056/2009** (implantação básica de 60 equipamentos comunitários de segurança ECS01 e ECS02) – Remanesce as



irregularidades referentes à inexistência de controle tecnológico, ausência de termo de recebimento definitivo e ausência de Termo de Planta de Cadastro (*as built*). A recorrente acostou aos autos os *as built* e os termos de recebimento provisórios dos ECS instalados (Anexo VII, vol. 3, Docs. 11, 12 e 13). Quanto aos recebimentos definitivos, a documentação acostada pela recorrente esclarece que os contratos foram encaminhados à CPROS com vistas ao recebimento definitivo das obras. No que respeita à ausência de controle tecnológico, esclarece a documentação que a licitação não exigia a realização de ensaios por parte das empresas contratadas, dada a simplicidade da obra (Anexo VII, vol. 3, Doc. 13). Diante das explicações e documentos apresentados, reputamos elididas as irregularidades.

Argumentos procedentes;

- **Processo nº 112.001.824/2011** (reforma da câmara frigorífica da residência oficial de Águas Claras) – Remanesciam as irregularidades referentes à inexistência de controle tecnológico e ausência de Termo de Planta de Cadastro (*as built*). Esclarece a recorrente que não constava da especificação do serviço nem da planilha orçamentária a previsão de elaboração de *as built* e da realização de ensaios, além disso não houve a execução de serviços de concretagem na obra. A despeito disso, anexou ao recurso croqui de medição do serviço executado (Anexo VII, vol. 3, Doc. 14). Diante das explicações e documentos apresentados, reputamos elididas as irregularidades. Argumentos procedentes;

- **Processo nº 112.002.429/2007** (Vila Olímpica da Vila Estrutural) – Remanescia a irregularidade referente à ausência de Termo de Planta de Cadastro (*as built*). A recorrente acostou aos autos os *as built* (Anexo VII, vol. 3, Docs. 15), o que afasta a irregularidade antes detectada. Argumento procedente.

- **Processo nº 112.002.351/2009** (serviços complementares da Vila Olímpica da Vila Estrutural) – Remanesciam as irregularidades referentes à inexistência de controle tecnológico, ausência de termo de recebimento definitivo e ausência de Termo de Planta de Cadastro (*as built*). A recorrente juntou aos autos o Termo de Recebimento Definitivo (Anexo VII, vol. 4, Doc. 16). No que tange ao controle tecnológico e o *as built*, esclarece a recorrente que tais serviços não foram exigidos no edital da licitação/contrato, o que inviabiliza sua exigência como ferramenta de fiscalização. Diante das explicações e documentos apresentados, reputamos elididas as irregularidades. Argumentos procedentes.

32. Nesses termos, considerando que todas as irregularidades que foram atribuídas à recorrente estavam relacionadas, de uma forma geral, à ausência de documentação comprobatória; considerando que referidas deficiências foram devidamente supridas pela recorrente nesta fase, ainda que a fase recursal, tecnicamente, não se preste a tal propósito. Em homenagem à verdade real, opinamos pelo provimento do recurso e consequente cancelamento da multa aplicada à recorrente por meio do Acórdão nº 528/2016” (sublinhamos).

31 Observa-se, portanto, que a Informação nº 063/2016-SEAUD (fls. 694 a 708) já havia constatado a suficiência dos esclarecimentos prestados pela recorrente, de modo a infirmar a multa que lhe fora cominada.

32 Ademais, nesta oportunidade, como bem ressaltado pelo Relator dos autos, às fls. 962 a 995, a motivação recursal da interessada é dotada de plausibilidade fática e jurídica, bastante e suficiente para afastar a sanção então aplicada.

33 A nosso ver, a documentação ora anexada ao feito pela recorrente (fls. 929 a



957 e 969 a 974), infirma os fundamentos da sanção que lhe fora aplicada pela inexistência de Termo de Recebimento Provisório/Definitivo e da Planta de Cadastro (*as built*), relativamente aos serviços de execução e drenagem pluvial realizados no bojo do Contrato nº 040/2010 (Processo nº 110.000.011/2010).

34 A bem da verdade, evidencia-se comprovada a alegação da recorrente de que o Contrato nº 040/2010 se encontrava em execução, no breve período de sua passagem pela Diretoria de Urbanização da NOVACAP – 28 (vinte e oito) dias (de 02/03/2011 a 30/03/2011) –, sendo-lhe impossível proceder à lavratura do Termo de Recebimento Provisório da obra, ou “*as built*”.

35 Ademais, é sabido que o referido Contrato nº 040/2010, firmado pela Secretaria de Obras com a Construtora Colina Ltda., contava com executor próprio, designado pelo Distrito Federal, ao qual competia o devido acompanhamento do ajuste, cujo processo estava sob sua posse, durante o período ao qual se atribuiu a responsabilidade da ex-gestora, sem que a mesma fosse comunicada de eventual providência a ser adotada no sentido do recebimento provisório da obra.

36 Trata-se, a nosso ver, da configuração da hipótese de inexigibilidade de conduta diversa.

37 A documentação carreada ao feito, nesta oportunidade, pela recorrente, comprova o quanto por ela alegado, especialmente a CARTA nº 006/2015-SEFISO/DIOB/DEINFRA/DU, de 30/06/2015, demonstrando que a Seção de Fiscalização de Obras, subordinada à Diretoria de Urbanização da NOVACAP, tentou emitir o Termo de Recebimento Provisório da obra, apenas em 2015, *verbis* (fl.957):

“Devido ao longo período de silêncio da Colinas Construtora Ltda., sem a formalização de uma Medição final que permitisse o recebimento da obra e o posterior encerramento do contrato, mais uma vez dirigimo-nos a V. Sa., no sentido de insistir na solicitação de que nos seja apresentada a documentação exigida para o encerramento do contrato.

Alertamos que, em caso de medição final, é fundamental que a planilha seja acompanhada dos Laudos de Compactação do aterro executado, Laudos de controle da capa asfáltica e Planta de Cadastro, serviços esses que ficaram pendentes após a primeira medição e que dão cumprimento ao objeto do Contrato. Importante lembrar que, em função da empresa ter perdido os prazos de vigência e de execução do Contrato, qualquer faturamento só poderá ser pleiteado pela modalidade de reconhecimento de dívida e após a regularização da documentação acima elencada”.

38 Além disso, conforme anteriormente ressaltado na Informação nº 063/2016-SEAUD (fls.702, §30), a semelhança do caso da recorrente com o de outro interessado obriga, com a devida vênia, a que se dispense o mesmo tratamento – isonômico –, de forma a isentá-la da responsabilidade que lhe fora atribuída.

39 Trata-se, com os devidos temperamentos, da aplicação das disposições do artigo 282 do Regimento Interno do TCDF, para o qual “*Havendo mais de um responsável pelo mesmo fato, o recurso apresentado por um deles aproveitará a todos, mesmo àquele que houver sido julgado à revelia, no que concerne às circunstâncias objetivas, não aproveitando no tocante aos fundamentos de natureza exclusivamente pessoal*”.

40 Em assim sendo, de posse da nova documentação anexada a este processo, pela recorrente **Maruska Lima de Sousa Holanda**, concluímos, no mérito, pelo provimento do recurso interposto contra as Decisões nº 4400/2017 e 397/2018.



VII – Conclusão

41 Tendo em conta a nova documentação anexada a este processo pela recorrente **Maruska Lima de Sousa Holanda**, concluímos, no mérito, pelo provimento do recurso interposto contra as Decisões nº 4400/2017 e 397/2018.

42 Quanto aos demais responsabilizados nos presentes autos, cabe registrar que pende de exame o monitoramento do cumprimento da sanção cominada ao **Sr. Erinaldo Pereira da Silva Sales**, cujo mérito do recurso foi negado pela Decisão nº 4400/2017 (fl. 746), sendo mantidos os exatos termos da multa que lhe fora imposta por meio do Acórdão nº 526/2017 (fl.487).

VIII – Sugestões

43 Ante o exposto, sugere-se ao Plenário:

- I) conhecer da Informação nº 84/2018-SEAUD;
- II) no mérito, dar provimento ao Pedidos de Reexame interposto pela Sra. Maruska Lima de Souza Holanda contra as Decisões nº 4400/2017, item I, alínea “b”, e 397/2018, tornando sem efeito o Acórdão nº 353/2017;
- III) deliberar acerca do Recurso de Revisão interposto pelo Sr. Daclimar Azevedo de Castro, cuja análise de mérito está consubstanciada na Informação nº 041/2018-SEAUD (fls. 958 a 966), cuja conclusão foi pela negativa de provimento.
- IV) dar ciência desta deliberação aos recorrentes;
- V) autorizar a devolução dos autos à SEAUD para as providências complementares, em especial, quanto ao recolhimento da multa cominada ao Sr. Erinaldo Pereira da Silva Sales, por meio da Decisão nº 4400/2017.

À Superior Consideração,

Brasília-DF, 19 de outubro de 2018.

Renato Alves da Cruz
Auditor de Controle Externo

De acordo.
Ao Relator Recursal.

Aginaldo Moreira Marques
Secretário de Auditoria